

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.757 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AUTOR(A/S)(ES) : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADV.(A/S) : SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO
RÉU(É)(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. PETIÇÃO INICIAL SEM PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR. NECESSÁRIA INSTAURAÇÃO DO CONTRADITÓRIO. ART. 5º, LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DETERMINAÇÃO DE CITAÇÃO.

DECISÃO: Trata-se de ação cível originária ajuizada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, ente da administração pública indireta do Estado do Rio de Janeiro, em face da União, na qual a autora requer *“a procedência da presente ação para que seja declarado, para todos os fins, o seu direito à imunidade do art. 150, VI, ‘a’, da Constituição de 1988, bem como o seu direito à restituição dos valores pagos a título de impostos federais nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura desta ação, bem como durante o seu curso”*.

Não há, na petição inicial da presente ação, qualquer pedido de concessão de medida liminar, pelo que tenho ser importante a instauração do contraditório (art. 5º, LV, do texto constitucional), antes que se decida no processo.

Cite-se, para que, querendo, a União responda no prazo legal.

Após, à Procuradoria-Geral da República

Publique-se.

Brasília, 30 de setembro de 2015.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente